

Elementos para pensar o desenvolvimento sustentável

José Francisco Carvalho Ferreira¹ e José Alberto Tostes²

¹ Doutor em Geografia e Planejamento Territorial. Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá. Bolsista do PNPd/CAPES, Brasil. E-mail: zfofer@gmail.com

² Doutor em História e Teoria da Arquitetura. Pós-Doutor em Planejamento Urbano e regional. Docente na Universidade Federal do Amapá, Brasil. E-mail: tostes.j@hotmail.com

RESUMO: Pensar alternativas ao atual estado de coisas parece algo crucial nos tempos que correm. O conceito de desenvolvimento sustentável, sendo um conceito ainda recente, do início dos anos 1970, tem-se assumido em políticas, programas, planos, em todas as escalas, desde o local ao global. No entanto, como é um conceito complexo e inacabado, ele suscita muitas dúvidas, e sua aplicação prática acaba por estar comprometida, sobretudo por aqueles que vêem o conceito com uma reprodução do modelo capitalista de desenvolvimento. Este artigo pretende fornecer subsídios para se pensar o desenvolvimento sustentável, entendido com um modelo alternativo de desenvolvimento, sobretudo se imbuído dos valores mais caros à Humanidade, isto é, dos valores da sabedoria universal.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, visão para a sustentabilidade, educação para a sustentabilidade, modelo alternativo de desenvolvimento.

Elements to think sustainable development

ABSTRACT: In actual days, it seems crucial think about development alternatives. The concept of sustainable development, yet recent, since 1970's, it has been assumed by politics, programs, planes, in all scales, from local to global. However, as it is a complex and unaccomplished concept, it has generate many doubts, and it's practical application is compromised, mainly for those who see the concept as a reproduction of capitalism system. This article intends to formulate subsidies to think about sustainable development, understood as an alternative model of development, mostly if imbued from close Humanity values, namely values from universal wisdom.

Keywords: sustainable development, a vision for sustainability, education for sustainability, alternative development model.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável (DS), desde que foi definido no *Relatório Brundtland*, como aquele «...que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.» (UN-

CED, 1987), e consagrado, internacionalmente, na RIO-92 (BELL e MORSE, 1999; SIENA, 2002; OLIVEIRA, 2007), tem sido alvo de diversas reflexões, em vários âmbitos e em múltiplos quadrantes.

Ao mesmo tempo, sua aplicação prática é objeto de variadas utilizações, do local ao global, para avaliar a sustentabilidade de um país (es), região (ões), município (s) e empresas, como é atestado por diversos autores, como Bellen (2002), Siena (2002); Silva (2006), Kerk e Manuel (2008), Moran et al (2008), Ramos (2009), Kondyli (2009), Boff (2013).

Não obstante a ampla discussão, utilização e disseminação de que tem sido alvo, este conceito assume características que dificultam a sua utilização prática. Ele é referido como vago (SIENA, 2002; GIBSON et al, 2005), complexo (BELL e MORSE, 1999), engenhoso e incompleto (RATTNER, 1999; OLIVEIRA, 2007), podendo não ser mais do que uma tentativa de enverdecer o modelo econômico atual, fenômeno também conhecido como *greenwash* (RATTNER, 1999; DALY, 2004; BOFF, 2013) e manter o *status quo* do capitalismo, isto é, as mesmas estruturas de poder e as mesmas políticas mundiais, muitas vezes insustentáveis (OLIVEIRA, 2005; DALY, 2004).

Para Martins (2004) esta ambiguidade tem favorecido visões distintas sobre o significado de desenvolvimento e sustentabilidade e tem permitido o seu uso indiferenciado, segundo interesses particulares, diferentes visões do mundo, valores e atitudes distintos, opinião corroborada por diversos autores (SIENA, 2002; SPANGENBERG et al, 2002; BELL e MORSE, 2003; WHEELER, 2004; GIBSON et al, 2005; KERK e MANUEL, 2008), e é a mais direta responsável pelo seu sucesso generalizado.

Wheeler (2004) e Gibson et al (2005) fornecem-nos algumas considerações relevantes para melhor se entender o conceito.

De acordo com Wheeler (2004), o conceito pode ser compreendido entre 4 diferentes posições. Na primeira destas posições ele inclui, de um lado, aqueles que mantêm a fé na tecnologia, na racionalidade científica e no crescimento econômico e os que não mantêm; do outro, aqueles que acreditam que o conceito é fundamentalmente incompatível com as atuais estruturas, atitudes e estilos de vida do capitalismo econômico. Na segunda posição coloca os que se centram nas crises ecológicas e os que enfatizam as necessidades sociais e a equidade. A terceira posição se refere aos que acreditam que o estilo de vida das comunidades indígenas deve ser usado como modelo de sustentabilidade e antídoto contra o materialismo ocidental, e os que consideram que a anterior posição é romântica, já que, com frequência, as comunidades indígenas se comportam de modo insustentável. Na quarta posição, o autor sugere as preocupações sobre as mudanças graduais dentro da ciência ecológica, em particular o afastamento da noção de que os ecossistemas adquirem um ponto de equilíbrio e harmonia, em ordem a um processo que reconhece o estado caótico, imprevisível e de mudança constante dos sistemas naturais (ver SIENA, 2002).

O segundo autor, Gibson et al (2005), sintetiza o DS em nove características. Ele é (1) um desafio ao pensamento e práticas convencionais; (2) diz respeito ao bem-estar

no curto e no longo prazo; (3) percorre os aspectos mais importantes da tomada de decisão; (4) supõe o reconhecimento de ligações e interdependências; (5) tem de ser alcançado num mundo de complexidade e surpresa; (6) reconhece os limites invioláveis e infinitas oportunidades para uma inovação criativa; (7) é um conceito vago e impreciso; (8) os fins e os meios estão interligados e (9) é, ao mesmo tempo, universal e dependente do contexto.

Considerando a complexidade acima referida, e tendo em conta que o conceito tem servido de justificativa para aqueles que defendem o modelo de desenvolvimento capitalista e por este tem sido utilizado para justificar suas ações (MACHADO, 2005), que validade tem, então, o conceito? Como o utilizar considerado como um modelo alternativo de desenvolvimento? O que está em questão, verdadeiramente, quando se fala em desenvolvimento sustentável? Este constitui, efetivamente, o objetivo principal deste artigo: reunir alguns elementos e à volta deles tecer considerações pertinentes que permitam entender o que está em causa quando se fala em DS.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA DEFINIÇÃO

Até ao momento, não existe uma definição comumente aceita de desenvolvimento sustentável. Acima referimos aquela presente no *Relatório Brundtland*, a mais conhecida e disseminada de todas, a que é utilizada pelas instituições, mas o fato é que não existe uma definição que convença e faça as pessoas render-se ao conceito, sobretudo se entendido como um modelo alternativo de desenvolvimento.

Por onde começar, então? Kerk e Manuel (2008), a partir da definição do *Relatório Brundtland*, determinaram o que é uma sociedade sustentável. Para estes autores, esta é aquela em que cada ser humano (1) pode desenvolver-se de uma maneira saudável e (2) obtém educação adequada, (3) vive em um ambiente limpo, (4) numa sociedade equilibrada e segura, (5) usa os recursos não renováveis de modo responsável, por forma a que as gerações futuras não fiquem de mãos vazias e (6) contribua para um mundo sustentável. A partir destes elementos, os autores definiram indicadores e fizeram uma comparação entre países.

Martins (2004) sugere algumas questões a fazer quando se trata de ações para o desenvolvimento sustentável. Estas ações satisfazem as necessidades básicas humanas? Promovem a equidade e a justiça social? Comprometem-se com as gerações futuras? Respeitam a autodeterminação dos povos? Respeitam a diversidade cultural e a manutenção do patrimônio ambiental? Promovem a cidadania? Preconizam novos padrões de consumo em harmonia com a natureza?

Wheeler (2004) DS como aquele que melhora, a longo-prazo, a saúde dos sistemas humano e ecológico. O "Guião de Educação para a Sustentabilidade" (Gil et al, 2006, p. 18), identifica a essência do DS como "o suficiente para todos e para sempre". E Siena (2002), considera que há três características que a maioria das definições tem em comum: uma condição humana desejável, uma condição do ecossistema desejável.

vel e equidade duradoura, entre a presente e as gerações futuras e dentro da presente geração.

Ferreira (2012) define o desenvolvimento sustentável como o processo de transformações que, ocorrendo de forma harmoniosa em várias dimensões (espacial, ambiental, econômica, social, cultural e institucional), almeja a promoção humana integral, a cidadania plena e a equidade social, a paz e a segurança, um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, no contexto das gerações presentes e futuras e na direção de um mundo sustentável (ver SILVA, 2006).

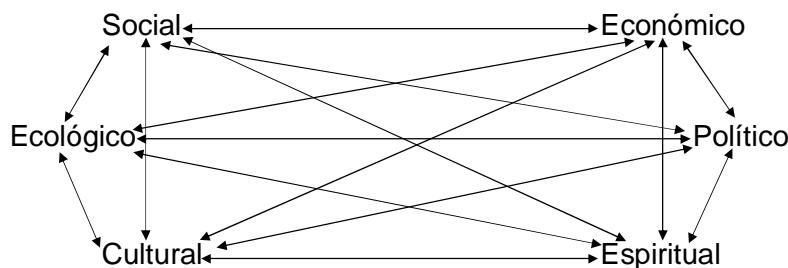


Fig. 1: Dimensões e interações do Desenvolvimento Sustentável
Fonte: Gil et al, 2006.

A fig. 1, além de mostrar as dimensões e as interações do desenvolvimento sustentável, expõe a complexidade do conceito, cujo resultado emboca numa intrincada teia de relações entre diversas dimensões, sendo que, em nossa opinião, é na espiritual que a maior dificuldade se coloca, exatamente por ser a que menos se considera.

A partir destas considerações, que elementos considerar para pensar o desenvolvimento sustentável?

3 ELEMENTOS PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sem que haja uma ordem pré-estabelecida, é importante salientar que os aspectos a ser elencados, em seguida, têm uma relação próxima entre si, mesmo que, aparentemente, esta possa não ser evidente.

3.1. Relação entre ser humano e natureza

Não nos parece necessário que, por ser do conhecimento geral, se tenha de fazer uma abordagem deste assunto, que remonte aos primórdios da Humanidade. No entanto, uma referência bíblica se faz necessária, esta do livro do Gênesis (1,28), em que Deus dá ao Homem o poder de dominar a Terra e todos os seres vivos nela existentes. Nesta leitura de dominância e poder assenta a visão antropocêntrica do mundo, mediante a qual o ser humano é o centro de tudo, senhor da natureza, como se ele vivesse fora ou acima dela (BOFF, 2013).

Esta perspectiva antropocêntrica se deve muito ao judeo-cristianismo (LEIS, 1998; SIENA, 2002). Apesar do negativismo do antropocentrismo, fruto do paradigma tecnológico e utilitário do Ocidente, que tem marcado tradicionalmente a relação entre ser humano e natureza, alguns autores continuam a evidenciar que o primeiro constitui o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento (GUILHERME, 2007).

3.1.1 Crise da Modernidade

Na verdade, foi isso que se exacerbou com a modernidade (entre o Renascimento e o Iluminismo, no século XVIII), já que esta se definia como oposição ao sagrado, à ordem divina, como governo das coisas e dos homens, um processo de secularização, de desencanto, de busca de emancipação do Homem (MACHADO, 2005). Neste mesmo sentido, referem Paula et al (1997, p. 201), a modernidade é "...a mais ampla e consistente tentativa da humanidade de libertar-se dos condicionamentos naturais e sociais...", sendo a razão o meio de construção dessa nova ordem para o mundo, o instrumento que possibilitaria essa libertação (MACHADO, 2005).

A politização da filosofia iluminista, para Machado (2005), colocou a modernidade em ação. A ordem universal estava na natureza. O Homem, usando a sua razão, poderia conhecê-la e harmonizar-se com ela (e romper o passado obscurantista, sobre as concepções mágicas, do "mundo encantado" das mentalidades primitivas). A ideia era unir o homem ao mundo e para isso era necessário deslocar o fundamento religioso, colocando em seu lugar o social. Neste campo do social, o Estado afirma-se como o garante da esfera pública, da prevalência do interesse coletivo sobre o individual (PAULA et al, 1997).

A modernidade cresceu impregnada de promessas: minimização da dor, do sacrifício e das doenças. A aliança entre razão, ciência e técnica parecia definir o caminho para libertar o Homem dos mitos e das tradições religiosas, mas também das necessidades mais elementares da sobrevivência. Liberdade, Igualdade, Fraternidade e propriedade foram os princípios sobre os quais se edificou a sociedade moderna, burguesa e liberal, e a democracia surgiu como o elemento que colocou em ação esses princípios, permitindo que a sociedade e o Estado coincidissem nas suas ações e percorressem o caminho em ordem ao progresso e ao desenvolvimento econômico (MACHADO, 2005).

O início dos anos 70 do século passado marca um amplo consenso relativamente à existência de uma crise generalizada e profunda (Crise da Modernidade) de todo um projeto histórico, de uma civilização criada pela Modernidade (PAULA et al, 1997). É neste contexto que outra crise tem de ser abordada: a ambiental.

3.1.2. Crise ambiental

A crise ambiental tem a sua origem e expressão nas consequências problemáticas

da dinâmica capitalista, como nos referem Paula et al (1997). Neste sentido, segundo Rohde (1998, p. 42), os cientistas, que estudam o meio ambiente, apontam graves e profundas consequências do sistema atual que é

[...] insustentado, decorrente do dogma fundamental da teoria econômica vigente, a saber, o crescimento econômico a qualquer custo: o crescimento contínuo e permanente num planeta finito; a acumulação [...] de materiais, energia e riqueza; a ultrapassagem dos limites biofísicos; a modificação de ciclos biogeoquímicos fundamentais; a destruição dos sistemas de sustentação da vida e a aposta constante da tecnologia para minimizar os efeitos causados pelo crescimento.

Paula et al (1997), neste mesmo âmbito, salientam que os diversos problemas ambientais atuais, os instrumentos, políticas, instituições e conhecimentos mobilizados para os enfrentar estão entre as grandes questões do nosso tempo, questões globais, que desafiam o conjunto do planeta. Isto remete-nos para o fato de a crise ecológica ser apenas uma das facetas de uma crise generalizada da sociedade industrial, que engloba a crise social, econômica, político-ideológica e moral, como acentua Stahel (1998).

3.1.3. Uma nova Cosmologia

Como se percebeu, a lógica da modernidade era a do domínio sobre a natureza, que se traduziu no sonho do progresso ilimitado, numa guerra por a domesticar e colocar ao serviço das vontades humanas (DALY, 2004; BOFF, 2013). Foi na busca deste sonho impossível que o ser humano pilhou os recursos da natureza e gerou, no entender de Boff (2013), dois efeitos perversos (grande acumulação de riqueza e imensa pobreza) e duas injustiças (ecológica e social), que se perpetuam e acentuam até hoje.

O sonho de desenvolvimento ilimitado não é universalizável nem suportando pelo Planeta (BOFF, 2013; SACHS, 1993; CAVALCANTI, 1998; RODRIGUES, 1998; MARTINS, 2004; DALY, 2004; ALMEIDA, 2007; VEIGA, 2008; FERREIRA, 2012), e exige mudanças na forma como nos relacionamos com a natureza, como pensamos o Planeta e, em última análise, como nos revemos como espécie, já que está em causa a nossa sobrevivência. A visão do mundo que se centra somente no ser humano, como se não existisse comunidade de vida além dele, tem de ser revista.

3.2 Entre o TER e o SER: a crise espiritual

Este é, talvez, um dos aspectos mais determinantes para entender o conceito de DS. No entanto, porque é algo que foge à comprovação científica, tem sido de pouco interesse para os pesquisadores (GEORGE, 1998).

A lógica de desenvolvimento do pós II Grande Guerra Mundial insistiu no crescimento econômico, este entendido como desenvolvimento, e supunha que, com os seus grandes ritmos de crescimento, as assimetrias mundiais seriam esbatidas e a pobreza e miséria erradicadas, e a qualidade de vida proporcionada a todos (MACHADO, 2005)¹. Como tal não sucedeu, começou-se a perceber que, em vez da suposta aproximação entre os níveis de riqueza, este modelo criou maiores clivagens entre os países.

As consequências deste padrão de desenvolvimento foram (e continuam a ser) severas, sobretudo, para os países da periferia, os tais que, supostamente, deveriam ser beneficiados com os avolumados ritmos de crescimento econômico. Estas consequências acabaram por gerar uma sociedade em crise permanente (ambiental, social, cultural, espiritual).

Este modelo de desenvolvimento, que assenta, essencialmente, no consumismo desenfreado, sem que se considere a capacidade do Planeta se recuperar da sobre-exploração dos recursos naturais e da absorção dos resíduos, tem consequências nefastas, ameaçando a espécie humana e as outras formas de vida. Privilegia-se o individual, a competitividade, o capital material, o esbanjamento e o desperdício, criando-se uma cultura de consumo de bens materiais (BOFF, 2013). Privilegia-se o TER em detrimento do SER.

Refletindo sobre esta crise espiritual, George (1998), Cavalcanti (1998), Camargo (2002), Boff (2006 e 2013) colocam-na no centro do atual estado de coisas, fundamentalmente porque o foco tem sido colocado nos meios e raramente o é nos fins.

Maurice Strong, ao prefaciar o livro de George (1998) *Olhando pela Terra*, salienta que as mudanças a ser feitas não se podem esperar da política, da economia ou da tecnologia. Estas devem ser procuradas nos campos da moral e do espírito. A mudança a operar terá de ser de um comportamento dominado pelo comercialismo e interesse pessoal para um comportamento baseado nos valores morais e espirituais mais elevados e melhores (ver BOFF, 2006; SIENA, COSTA e OLIVEIRA, 2007).

Segundo George (1998) esta mudança tem de vir de um nível mais profundo que o da velha política de direita e esquerda: tem de brotar dos nossos valores e raízes, para que seja eficiente na escala em que é necessária. Para Boff (2006) a mudança que fará concretizar o DS, e compreende quatro princípios (Afetividade; Cuidado/Compaixão; Cooperação e Responsabilidade), sustentados em 4 virtudes (Hospitalidade; Convivência, Respeito e Comensalidade), em busca do comum em detrimento do individual, do respeito, da tolerância, da responsabilidade, da aceitação da diferença, da cooperação, «...uma nova experiência do Ser e do sentido da vida humana.» (BOFF, 2006 s/p; ver RATTNER, 1999; BURSZTYN, 2005; SARRIA, 2005).

¹ Esta é, aliás, uma ideia decorrente dos estudos sobre o processo de desenvolvimento: a partir do momento em que se consegue atingir um determinado valor *per capita* anual (a rondar os 8 mil dólares) o ambiente (degradação ambiental) deixa de constituir problema (VEIGA, 2008).

Cavalcanti (1998, p. 154), comparando o paradigma dos Índios da Amazônia – máxima parcimônia termodinâmica e reverência pela natureza –, e o paradigma dos Estados Unidos da América do Norte – que conduz a um extremo de stress ambiental e não contém atributos intrínsecos de respeito pela natureza –, coloca a questão do seguinte modo:

Podemos imaginar a economia como sustentada por uma pinça cujos braços correspondem a dois parâmetros, o ambiental e o ético. O parâmetro do meio ambiente mostra o que pode ser feito do ponto de vista biofísico. O parâmetro ético indica o que é permitido fazer moralmente.

Esta crise de valores tem o seu epicentro no próprio ser humano, no que George (1998, p. 158) denomina de *cegueira antropocêntrica*, que não permite ver mais além de si mesmo, da ganância, do lucro fácil, da prepotência face à natureza, dos egoísmos, da busca desenfreada de prazer, da confiança cega na ciência e no desenvolvimento tecnológico, da cedência à sedução do consumismo e do esquecimento de valores como a solidariedade, o amor, a compaixão, a alegria e a equanimidade.

Prevalece a lógica do TER e não a do SER, estando a primeira subjacente à ideia de desenvolvimento no sentido de crescimento material, que, segundo Cavalcanti (1998), se traduz na possibilidade de almejar ter mais e mais de cada coisa, como fim supremo do progresso. Como diz, «Ficar rico o mais rapidamente possível, constitui o atributo *par excellence* da noção prevalecente de desenvolvimento.» (CAVALCANTI, 1998, p. 163-164).

Sarria (2005) foca a questão da ética a partida do ser humano, único ser moral. Como realça, neste novo século é necessário ampliar esta questão, incorporando-lhe uma outra, a do entorno natural, na busca de um critério que defina formas de vida mais dignas, mais humanas, mais justas e mais racionais. Por outro lado, ainda que o objetivo último da ética continue a ser a preocupação pelo ser humano, a nova situação em que a humanidade se encontra obriga-a a equacionar a extensão das tarefas éticas, antes da dimensão individual e local, hoje, contemplando responsabilidades coletivas e globais (ver LEFF, 2000; GUIMARÃES, 2001; BOFF, 2013).

A este respeito, não deixa de ser interessante que, perante uma crise como a atual, uma das acentuadas, graves e difíceis por que a humanidade já passou, as diretrizes internacionais incidam no crescimento do produto e no estímulo ao consumo e às exportações. Procura-se uma (falsa) felicidade que assenta na posse de bens materiais, na busca do TER e do aparecer, que reflete aquilo que Cavalcanti (1998, p. 168) denominou de «ética da concupiscência».

Neste contexto, o DS, como se tem procurado conceitualizar, vem ao encontro destas observações. Por um lado, ao refletir que é necessário prover a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras, faz referência a uma solidariedade intra e intergeracional e a uma responsabilidade, em várias dimensões e planos (JÚ-

NIOR e BURSZTYN, 2002; SACHS, 2004). Como se percebe, nem todas as pessoas do planeta têm acesso aos mesmos recursos, aos mesmos bens, às mesmas possibilidades (como nunca tiverem). Por força deste imperativo, inerente à sua própria definição, o DS tem de, em todas as suas dimensões, estar disponível para todas as pessoas do planeta, onde quer que vivam (solidariedade sincrônica – geração atual), como é salientado por Veiga (2008).

Por outro lado, esta mesma solidariedade é também dirigida para as gerações futuras (Solidariedade diacrônica) (VEIGA, 2008). A este respeito, Junior e Bursztyn (2002) referem que a abordagem do desenvolvimento deve estar subordinada aos imperativos de uma modernidade que enquadre eticamente relações de poder assimétricas e, no limite, unilaterais e não recíprocas, e que considere o enquadramento ético de processos irreversíveis, ou seja, situações em que não é possível corrigir amanhã efeitos indesejáveis de cursos de ação desencadeados hoje. É no quadro destas relações (entre desiguais e diversos) que se situa a dimensão temporal, no sentido de assegurar hoje a qualidade de vida das gerações futuras.

O que não parece ser aceitável é que os Países desenvolvidos (PD) tenham um modelo de vida insustentável, com características que excedem as capacidades do planeta e sejam negadas as mesmas possibilidades de “realização” aos Países em Desenvolvimento (PED), qualquer que seja o argumento. Estas possibilidades, ainda que biofisicamente impossíveis, devem ser as mesmas para todos os habitantes do planeta. A questão é que o planeta colapsará, se o ponto de referência forem os PD e o nivelamento for por cima. Desde modo, o nível de vida de todas as pessoas do planeta não pode guiar-se pelos padrões dos PD (Europa, Estados Unidos e Japão) (SACHS, 1993; CAVALCANTI, 1998; MARTINS, 2004; ALMEIDA, 2007; VEIGA, 2008; BOFF, 2013).

Neste contexto, Sachs (1993) coloca a questão de um modo bastante claro: será que as sociedades industrializadas estão preparadas para questionar o seu excesso de consumo de bens materiais, ou será que o atual padrão, visivelmente insustentável, irá continuar até ser interrompido por um grande desastre ecológico ou social?

Este equacionamento, segundo Cavalcanti (1998, p. 168), remete para duas recomendações básicas em ordem à prossecução de um processo econômico sustentável, que são, em seu entender, (1) austeridade de vida e (2) renúncia ao desenvolvimento. A recomendação de austeridade

é para ser encarada como uma orientação macroeconômica com respeito ao uso geral dos recursos. Austeridade, nesse sentido seria uma segurança de que o bem supremo, ou a felicidade, seja alcançado com sacrifício mínimo da base biofísica da natureza. Isto corresponde à adoção de uma ética...que refreie a sede do homem pela acumulação de riqueza material....[ou seja, a adoção] ... de um paradigma que se recusa a excitar o desejo humano além de limites razoáveis, um

meio de colocar freios éticos no comportamento econômico dos indivíduos.

No fundo, é a ideia de que o ser humano se deixe orientar pelo modo de atuação da natureza, cujo estilo de vida é «...severo, austero e sóbrio.», «...que liberte o homem da tarefa de tratar de bugigangas...» (CAVALCANTI, 1998, p. 168). O autor faz referência à *crescimentologia*, isto é, ao mito do crescimento econômico, que só intensifica o stress ambiental em vez de o reduzir, como se o crescimento exponencial fosse possível num meio finito (CAVALCANTI, 1998; ver DALY, 2004; BOFF, 2013).

3.3 O mundo tripolar: Estado, Empresas e Sociedade Civil

Face à supremacia do mercado no processo de desenvolvimento, em geral, e no DS, em particular, é de acutilante necessidade refletir sobre o papel do Estado no DS. Neste caso, do necessário entrosamento entre Estado, entidades privadas e a sociedade civil organizada (SACHS, 2004; ALMEIDA, 2007).

Quando se pensa em sustentabilidade, esta é um apelo à cooperação em detrimento da competitividade. No entanto, o mundo de hoje está impregnado de competição. É-se educado, desde tenra idade, para se ser competitivo, para vencer o outro. O importante é ser-se “vencedor”, ter poder e dinheiro, muitos bens materiais e um ótimo modo de vida, normalmente associado ao bem-estar material, que se propaga nos chamados países desenvolvidos. Com 80% da população mundial sendo pobre, é necessário cada um interrogar-se sobre este bem-estar e trabalhar em conjunto para dirimir as assimetrias mundiais, em busca de um modo de vida em sintonia com a natureza, com os outros e com o Outro (BOFF, 2013).

Este pode ser um pensamento ingênuo, mas Almeida (2007), referindo-se ao mundo dos negócios, salienta que a competição é um aspecto que terá de ser destruído e recriado em novas bases. Para ele, na lógica da sustentabilidade é necessário mudar o rumo para a cooperação. A lógica da destruição do competidor, visto como inimigo, não é sustentável. Como diz, o caminho é «Uma cooperação transparente e positiva economicamente entre governos, sociedade civil e empresas...» (ALMEIDA, 2007, p. 91). O mesmo autor coloca em evidência a necessidade de formar lideranças para a sustentabilidade, pela quase inexistência de líderes com esta preocupação.

Sachs (2004) acrescenta que se faz necessário um planejamento participativo e dialógico, que exige uma negociação quartipartite entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento, levando a arranjos contratuais entre as entidades públicas, as empresas, as organizações de trabalhadores e a sociedade civil organizada.

A verdade é que o DS, como foi definido no *Relatório Brundtland* e continua até hoje, insiste no crescimento econômico e atribui ao mercado o poder de regulação. Mas o mercado, como assinala Sachs (2004, p. 27) é míope por natureza e socialmen-

te insensível, ele é "...apenas uma das muitas instituições que participam no processo de desenvolvimento."

O que aqui importa ressaltar é que, além do necessário entrosamento entre o Estado, empresas e sociedade civil, na procura de soluções comuns para problemas comuns, é necessário equacionar o papel do Estado no processo de desenvolvimento, ou seja, pensar sob que lógica deve ser sua atuação.

Segundo Bursztyn (2005), os Estados têm-se posicionado entre duas lógicas: uma, intervencionista e dirigista (empreendedor e impositor de regulamentações que condicionam a conduta de atores privados); a outra, a de minimização da sua ação, deixando o caminho livre a outras forças, como o mercado.

O mesmo Bursztyn (2005) situa o início da crise do Estado com a eclosão da crise fiscal universal, após o choque petrolífero da primeira metade da década de 1970. Até essa altura, sempre que uma nova função pública se tornava necessária, o poder público respondia com o incremento de suas estruturas burocráticas, cujo resultado era o peso crescente do Estado no conjunto das economias.

Após a crise fiscal, tornou-se evidente a incapacidade de o Estado seguir crescendo indefinidamente, reagindo a cada impulso de novas demandas sociais. Por outro lado, não deixa de ser interessante o paradoxo dos últimos 25 anos do século XX, que o autor identifica como a necessária intervenção em políticas ambientais e suas dificuldades em responder a estas questões nos moldes em que historicamente atuou. Do outro lado está o mercado e sua atuação livre (neoliberalismo).

É no centro destas disputas que se situa a denominada crise do Estado que, por um lado, se confronta com sociedades cada vez mais complexas, exigindo uma forte ação reguladora, e, por outro, vê a sua ação limitada pelo avanço de neoliberalismo (causa e consequência da crise do Estado) (BURSZTYN, 2005). Uma crise que é fiscal, de legitimidade, de identidade, de condições de governabilidade.

Hoje, o Estado retira-se de cena, deixando que o mercado direcione as tendências e dite o modo de vida. Não sem custos, é verdade, basta observar-se a atual crise mundial que, mais do que nunca, carece da intervenção dos Estados². No fundo, trata-se de uma situação dúbia e hipócrita: quando às forças do mercado interessa que o Estado se retire, defende-se que seja mínimo e as deixe atuar livremente; quando as crises surgem da ineficácia e imperfeições do mercado, clama-se por sua intervenção.

Estas duas direções da ação dos Estados são relevantes para entendermos o conceito de DS e para se delinear uma posição a favor da sua intervenção, como reguladores ou como interventores diretos, através do planejamento, uma vez que são eles os defensores do bem-comum, sentimento e prática, cada vez mais em desuso, mas

² Dos "Estados" no plural, uma vez que um só Estado pouco ou nada pode fazer, face ao caráter predador do mercado.

essencial para o DS (SIENA, 2002; SIENA, COSTA e OLIVEIRA, 2007; BOFF, 2013)³.

Concordamos com Bursztyn (2005) quando aponta a direção para a atuação do Estado. Ele salienta que, ao contrário de desempenhar funções empresariais, ele deve concentrar-se na regulamentação, na gestão dos contratos sociais, na promoção de instrumentos e políticas indutores de estratégias planejadas e na garantia de proteção social, opinião corroborada por Sachs (2004) e Guimarães (2001)⁴.

3.4 Uma visão para o desenvolvimento sustentável

A visão para o DS é evidenciada como o primeiro dos Princípios de *Bellagio*⁵ e diz respeito à necessidade de se ter uma visão orientadora e metas que reflitam a sustentabilidade. Hitchcock e Willard (2008), referindo-se ao modo como se pode criar e implementar planos de sustentabilidade em negócios e organizações, evidenciam a necessidade de definir a visão que se tem da mesma (ver ALMEIDA, 2007; SACHS, 2004) e da sociedade sustentável (RATTNER, 1999). Este é o primeiro passo, sem o qual os outros serão dados em falso.

Neste encaixo, segundo os autores (Hitchcock e Willard, 2008), o planejamento da sustentabilidade envolve duas questões fundamentais: «devemos procurar a sustentabilidade?» e «como se faz?». Em nosso entender, deveria acrescentar-se uma terceira que antecede as outras duas: «o que é a sustentabilidade?». Deste modo, teríamos: «o que é a sustentabilidade?», «queremos a sustentabilidade?», «como se faz?».

3.5 Participação e criatividade

O tema da participação é frequente na literatura nacional e internacional, tido com um aspecto de crucial importância para a implementação do DS. Mas quem participa? Quem a promove e que participação é promovida? Para Bell e Morse (2003), a participação é a alma do DS, importância que também é justificada por outros autores (SACHS, 2004; RAMOS, 2009; MASCARENHAS et al, 2010)⁶.

³ Siena, Costa e Oliveira (2007) referem, inclusive, que tanto o mercado quanto o Estado estão esgotados como promotores do desenvolvimento, já que ambos são agentes de degradação. Sugere destronar ambos, submetendo-os aos interesses da sociedade civil.

⁴ Guimarães (2001, p. 2) salienta que o papel do Estado é único (transcende a lógica do mercado, mediante a salvaguarda de valores e práticas de justiça social e equidade e incorpora os chamados direitos difusos de cidadania), necessário (porque a lógica de acumulação capitalista requer a oferta de bens-comuns que não podem ser produzidos pelos atores competitivos do mercado), e **indispensável** (porque se dirige às gerações futuras e trata dos aspectos e processos caracterizados por não ser insubstituíveis).

⁵ O projeto *Bellagio* surgiu por iniciativa do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, em 1996, com o objetivo de rever e sintetizar os progressos práticos na avaliação da sustentabilidade.

⁶ Ver o último dos princípios de *Bellagio* (www.iisd.org) que é uma referência à participação alargada dos *stakeholders* no processo de desenvolvimento.

A participação está estritamente ligada a uma democracia saudável, assegurando o exercício dos direitos civis, cívicos e políticos. Só assim poderá ser um desenvolvimento incluyente (SACHS, 2004). Neste sentido, segundo Sachs (2004), a democracia não só é um valor fundamental como garante a transparência e a responsabilidade necessárias ao funcionamento dos processos de desenvolvimento (ver BOFF, 2013). No entanto, existem diferenças entre a democracia representativa e a direta, sendo que esta última cria melhores condições para o debate dos assuntos de interesse público e capacita as comunidades para assumirem um papel ativo e criativo no desenho do seu futuro.

Para Sachs (2004) as estratégias de desenvolvimento, para serem eficazes, têm de dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superar os estrangulamentos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e libertar as energias sociais e a imaginação. Para que tal aconteça, é necessário que se garanta o envolvimento de todos os atores.

Referindo-se à participação, Bell e Morse (2003) observam que esta não é, de todo, um assunto simples. Ela é muito importante, mas traz problemas, sobretudo porque, num espectro que vai desde a passividade à auto-mobilização, nem sempre significa o mesmo para todos os atores. Envolve negociação e a negociação nem sempre é possível ou, pelo menos, muitas vezes é difícil. Outras vezes supõe um custo, que a torna cara, e é consumidora de tempo. É gestora e geradora de expectativas, e as expectativas nem sempre são fáceis de gerir.

A participação está altamente conectada com a criatividade. O DS é um apelo continuado à criatividade e esta existe em todos os lugares, mesmo nos mais improváveis. Maximizar este potencial é um importante aliado na procura de caminhos mais sustentáveis (SACHS, 1993). Porém, largos grupos da população encontram-se impossibilitados de ter iniciativa e criatividade econômica, sendo discriminados pelo gênero, raça, casta, religião, classe social e ideologia (VEIGA, 2008). Numa sociedade sustentável estes preconceitos têm de ser quebrados.

A participação é ainda crucial para a seleção e definição dos indicadores de sustentabilidade a ser usados na medição da sustentabilidade de uma ou várias unidades territoriais. É isso mesmo que é salientado por Mascarenhas et al (2010) quando refere que os *stakeholders* ajudam a identificar e a priorizar os principais problemas, os aspectos positivos e os principais desafios. Os mesmos autores salientam que o envolvimento de um leque alargado de atores é fundamental para a identificação dos valores, esperanças e preocupações comunitários, caros à escolha desses indicadores (ver RAMOS, 2009).

3.6 Ciência e tecnologia e inovação

Outro aspecto importante para se entender o conceito de DS prende-se com a ciência e a tecnologia. Veiga (2008) refere que a verdadeira e a maior revolução que a

humanidade já teve germinou da fusão entre a ciência e a tecnologia. Foi dela que brotou e brota o progresso e o desenvolvimento que temos vivido nos dois últimos séculos, fundamentalmente a partir dos finais do século XIX.

Almeida (2007), referindo-se às valências da ciência e da técnica, salienta que novas tecnologias são imprescindíveis para a extração, uso e manejo dos serviços ambientais, abrindo margem para imensas oportunidades de novos negócios. Em seu entender, encontrar estratégias inovadoras para enfrentar a questão ambiental é um desafio que as empresas devem assumir, mesmo que seja dentro dos mecanismos de mercado. Outro é o de ter em conta a escala de tempo, que se está reduzindo: os processos induzidos por avanços científicos e tecnológicos são cada vez mais rápidos, tanto para soluções funcionais como disfuncionais.

Por outro lado, para Almeida (2007) não há sustentabilidade sem inovação. Embora este autor se refira à inovação no sentido tecnológico e mais orientada para empresas, importa reter algumas das suas conclusões. Por um lado, inovar é um processo que depende de criatividade, competência, visão do mundo e liderança. Por outro, a inovação tecnológica por si só não é capaz de assegurar a sustentabilidade. Essa só se consegue se aquela for acompanhada de inovações não-tecnológicas (progressos sociais e ambientais). Inovar significa, ainda, capitalizar ativos intelectuais.

A criação de inovações sustentáveis envolve prover e estimular visões alternativas do mundo; assegurar a ligação da inovação à cadeia produtiva; procurar novas plataformas e aperfeiçoar as já existentes; estimular o empreendedorismo; promover pequenos negócios sem perder de vista a sua reproduzibilidade; e desafiar os modelos de negócios com cenários alternativos de futuro (ALMEIDA, 2007).

3.7 Fazer negócios com os pobres

No contexto dos elementos que temos vindo a referir e que, quanto a nós, são importantes para melhor entender o conceito de DS, há um, sugerido por Almeida (2007), que pode parecer descabido nesta reflexão, mas que se assume de particular importância se se tiver em conta que a grande maioria da população mundial é pobre e excluída dos processos económicos.

Almeida (2007) entende que o capitalismo se tem revelado incapaz de aliviar a pobreza e pode significar falência empresarial e social. Neste contexto, as empresas têm de estar atentas às desigualdades, sendo que este processo é e será um dos maiores desafios para os empreendimentos do sector privado.

No seguimento destas observações, afirma que o potencial de mercado dos países em desenvolvimento, em geral, é relegado pelas empresas, mas, na verdade, a população destes países, majoritariamente pobre, constitui um enorme potencial de mercado, desde que as empresas o percebam. Isto significa, igualmente, criar modelos de negócios inovadores que incluam esses largos milhões de pessoas na economia de mercado e tragam crescimento e oportunidades de longo prazo (ALMEIDA, 2007).

3.8 A educação

O último aspecto que vamos referir não precisa de muitas explicações. Como se percebe, é transversal a todos os outros. Só através de um investimento na educação será possível criar condições para os elementos antes apontados se entrosarem e atuarem em conjunto. A educação é crucial para o DS. Sem a educação não há sustentabilidade global (por induzir mudança de atitude), como evidencia Bursztyn (2005).

Para Nascimento (2002), o senso comum diz-nos que a educação é fundamental para o desenvolvimento. Sem uma preparação adequada de seus membros, uma comunidade não pode progredir e desenvolver-se. Sem uma educação de qualidade, não tem como o indivíduo se inserir favoravelmente no mercado de trabalho.

A educação pode ser entendida como instrumento de mobilidade social; ela é condição para o crescimento econômico, partindo da ideia de que, quanto mais educado e profissionalmente qualificado for um povo, mais desenvolvido é o País; e constitui um meio de criar cidadãos, sendo o seu papel imprescindível para tal tarefa (NASCI-MENTO, 2002). Assim sendo, a educação é um elemento fundamental do futuro, porque sem educação não há inclusão, um imperativo ético de mobilidade social, de cidadania e de crescimento econômico para todos (SACHS, 2004).

Incluindo-nos neste postulado, concordamos com Bursztyn (2005) quando salienta que, face à gravidade dos problemas ambientais, é imperativo promover a educação para o DS, com forte componente ambiental, constituindo uma importante ferramenta para mudar a nossa forma de vida, origem da atual crise, como ressalta Sarria (2005).

É nesse sentido que se entende a importância da educação para o DS, porque a sua implementação é um desafio ímpar e requer um horizonte de longo-prazo, dado que ambos pressupõem continuidade (BURSZTYN, 2005). A educação terá de incorporar, segundo Sarria (2005), uma ética ecológica aplicada, a partir da qual se deve reconstruir o currículo e responder ao problema motivacional, ou seja, a educação como força motivadora para gerar ações ambientais responsáveis e valores para a sustentabilidade (SARRIA, 2005), uma educação ecocentrada (BOFF, 2013).

No entender de Sachs (2004), a educação é essencial para o desenvolvimento pelo seu valor intrínseco, já que contribui para o despertar cultural, para a conscientização e compreensão dos direitos humanos, aumentado a adaptabilidade, o sentido de autonomia, a autoconfiança e a auto-estima.

4 CONCLUSÃO

Como se percebeu, o conceito de DS não tem um entendimento fácil, já que envolve uma multitude de aspectos, cujas relações nem sempre são de entendimento

perceptível. Mais, quando se quer associar o conceito com os mais diversos assuntos, como economia sustentável, agricultura sustentável, política sustentável, finanças sustentáveis, crescimento sustentável, etc., ou seja utilizando indistintamente o adjetivo “sustentável”, para justificar inclusive ações que são tudo menos sustentáveis, pode suscitar, nos mais incautos, um sentimento de que tudo está bem e, nos mais críticos, um sentimento de aversão.

Contudo, a situação não é assim. Percebe-se, hoje, que o Planeta pode estar a entrar em colapso. São demasiadas as evidências (recomendamos a leitura de BOFF, 2013). Neste sentido, utilizar indistinta e indiscriminadamente o termo “sustentável” pode esconder uma realidade que pode comprometer a vida no Planeta Terra, e, em consequência disso, a continuidade da espécie humana.

Quando se elencam alguns aspectos inerentes ou com implicações diretas no entendimento do conceito de DS, parte-se do pressuposto que se entende que este tem validade, embora seja amiúde utilizado em ações que são tudo menos sustentáveis. Ele tem servido de justificativa para os que defendem o modelo de desenvolvimento capitalista e por este tem sido utilizado para justificar suas ações, inviabilizando a sua utilização como modelo alternativo de desenvolvimento. No entanto, alguns autores sugerem que, se tiver como substrato a sabedoria universal (GEORGE, 1998; RODRIGUES, 1998; FIRMINO, 2000; LEFF, 2000; BOFF, 2013), logo imbuído de outros valores que não os decorrentes do modelo capitalista (BOFF, 2006, 2013), ele pode constituir, na realidade, um modelo alternativo de desenvolvimento.

Nós apostamos nesta última perspectiva. Acreditamos no valor do conceito, como acreditamos na cooperação, na necessária sintonia com os ritmos da natureza (a “biocivilização”), na busca do bem-comum, na solidariedade, no cuidado, etc., inaugurando um novo paradigma que produza sustentabilidade para a Casa Comum, a Terra, e para os demais seres vivos, que assente na imaginação, na paixão e no entusiasmo criativo (BOFF, 2013). Acreditamos, firmemente, nessas transformações!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da Sustentabilidade. Uma ruptura urgente**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Campus–Elsevier, 2007.
- BELL, Simon; MORSE, Stephen. **Measuring the immeasurable**. London: Earthscan, 1999.
- _____. **Measuring Sustainability: learning by doing**. London: Earthscan, 2003.
- BELLEN, Hans M. **Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa**. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 2002.
- BOFF, Leonardo. **Ética e Sustentabilidade. Caderno de Debate, Agenda 21 e Sustentabilidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- _____. **Sustentabilidade, o que é – o que não é**. 2ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

- BOSSEL, Hartmut. **Indicators for Sustainable Development: theory, methods, applications. A report to the Balaton Group**. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, 1999.
- BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- _____. **Ciência, Ética e Sustentabilidade. Desafios ao Novo Século**. 3ª Edição. Brasília: Cortez Editora, 2002.
- _____. **A difícil Sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais**. Brasília: Garamond Universitária, 2005.
- CAMARGO, Ana L. B.. **As Dimensões e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2002.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- DALY, Herman E. Crescimento Sustentável? Não, obrigado. **Economia e Sociedade**, Vol. VII, n.º 2 Julho/Dezembro, 2004, p. 197-201.
- FERREIRA, José F. C. **A Sustentabilidade do Alto Douro Vinhateiro: realidade ou utopia? Contributo para a avaliação e melhoria da sustentabilidade da região**. Tese de Doutorado. Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- _____. Avaliação da Sustentabilidade: limites e possibilidades no Alto Douro Vinhateiro, Portugal. **Sustentabilidade em Debate** – Brasília, V. 4, n. 2 p. 168-193, jul/dez, 2013.
- FIRMINO, Ana. Desenvolvimento Sustentável: a aliança entre a Natureza e o Bom-Senso. **Geolnova, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional**, nº 1, Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- GEORGE, James. **Olhando pela Terra: o despertar para a crise ecológica**. São Paulo: Gaia, 1998.
- GIBSON, Robert B. et al. **Sustainability Assessment. Criteria and Processes**. London: Earthscan, 2005.
- GIL, Helena (Org.) et al. **Educação para a Sustentabilidade. Guião da Sustentabilidade para a Educação – Carta da Terra**. Lisboa: Ministério da Educação, 2006.
- GUILHERME, Márcia L. **Sustentabilidade sob a ótica global e local**. São Paulo: Annablume, 2007.
- GUIMARÃES, Roberto P. La sostenibilidad del desarrollo entre RIO-92 y Johannesburgo 2002: eramos felices y no lo sabíamos. **Ambiente & Sociedade** – Ano IV – Nº 9 – 2º Semestre de 2001, p. 1-20.
- HITCHCOCK & WILLARD. **The Step-by-step Guide to Sustainability Planning. How to create and implement sustainability plans in any business or organization**. London: Earthscan, 2008.

- KERK, Guert van e MANUEL, Arthur R.. A comprehensive index for a sustainable society: The SSI – the Sustainable Society Index. **Ecological Economics**, 66, 2008, p. 228-242.
- KONDYLI, Julia. Measurement and evaluation of sustainable development. A composite indicator for the Island of the North Aegean Region, Greece. **Environmental Impact Assessment Review**, 2009.
- LEIS, Héctor R. Espiritualidade e Globalização na perspectiva do ambientalismo, **Ambiente & Sociedade** – Ano I – N° 2 – 1° Semestre de 1998, p. 41-60.
- LEIS, Héctor R.; D'AMATO, José L. O Ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável**, 2ª Ed., São Paulo: Cortez Editora, 1998, p. 77-103.
- LEFF, Enrique. Tiempo de Sustentabilidad. **Ambiente & Sociedade**, Ano III, N° 6/7, 1° Semestre, 2000, p. 5-13.
- MACHADO, Robison X. Concepção de desenvolvimento sustentável. **Contabilidade e Informação**, Ijuí, Ano 8, N° 23, Julho/Dezembro, 2005, pp. 75-86.
- MACHADO, Vilma F. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à RIO-92**. Tese de Doutorado. Brasília: CDS, UnB, 2005.
- MARTINS, Sergio R. **Desenvolvimento Sustentável: desenvolvendo a Sustentabilidade**. 2004. Disponível em: www.danieljs.prof.ufsc.br. Última Consulta em: 19-02-2012.
- MASCARENHAS, André et al. The role of common local indicators in regional sustainability assessment. **Ecological Indicators**, 10, 2010, p. 646-656.
- MORAN, Daniel et al. Measuring sustainable development – Nation by Nation. **Ecological Economics**, 64, 2008, p. 470-474.
- NASCIMENTO, Elimar P. Educação e Desenvolvimento na Contemporaneidade: dilema ou desafio? In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Ciência, Ética e Sustentabilidade, Desafios ao Novo Século**. 3ª Ed., Brasília: Cortez Editora, 2002, p. 95-113.
- OLIVEIRA, Leandro D. A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da crise ambiental. **5.º CEMARX – Colóquio Internacional Marx e Engels**. Campinas: UNICAMP, 2007.
- _____. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, 2005, p. 33-38.
- PAULA, João A. et al. 5. Fundamentos Históricos e Metodológicos da Questão Ambiental. In: PAULA, João A. et al (Ed.). **Biodiversidade, população e economia: uma região da mata atlântica**. Belo Horizonte: UFMG, 1997, p.199-256.
- RAMOS, Tomás B. Development of regional sustainability indicators and the role of academia in this process: the Portuguese practice. **Journal of Clean Production**, 17, 2009, p. 1101-1115.
- RATTNER, Henrique. Sustentabilidade – uma visão humanista. **Ambiente & Sociedade**, Ano II, N° 5, 2º Semestre, 1999, p. 233-240.

- RODRIGUES, Arlete M. A utopia da sociedade sustentável. **Ambiente & Sociedade**, Ano I – Nº 2 – 1º Semestre, 1998, p. 133-138.
- ROHDE, Geraldo M. Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentado, in CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável**. 2ª Ed., São Paulo: Cortez Editora, 1998, p. 14-53.
- ROLDÁN, Adrián B. e VALDÉS, Américo S.. Proposal and application of a Sustainable Development Index. **Ecological Indicators**, 2, 2002, p. 251-256.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.
- _____. Estratégias de Transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993 p. 29-56.
- SARRIA, Carmen F. **La Ética Ecológica como Ética aplicada en enfoque desde la Ética Discursiva**. Tese de Doutorado. Castellón: Universitat Jaume I de Castellón, 2005.
- SIENA, Osmar; COSTA, Gleimira B.; OLIVEIRA, Oleides F. Desenvolvimento Sustentável: discussão conceitual. **2º Seminário sobre Sustentabilidade**, Curitiba: UNIFAE, 2007.
- SIENA, Osmar. **Método para avaliar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2002.
- SILVA, Christian L. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável. Um Modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- SPANGENBERG, Joachim H. *et al.* Towards indicators for institutional sustainability: lessons from an analysis of Agenda 21. **Ecological Indicators**, 2, 2002, p. 61-77.
- UNITED NATIONS COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (UNCED) (1987), **Our Common Future**. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/da/development/ourcommonfuture.htm>. Última Consulta em: 30/01/2015).
- VEIGA, José E. **Desenvolvimento Sustentável, o desafio do século XXI**. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.
- WHEELER, Stephen. **Planning for Sustainability. Creating livable, equitable, and ecological communities**. Oxon: Routledge, 2004.

Artigo recebido em 26 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 22 de junho de 2015.